Nossa Caixa Desenvolvimento
Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.

CNPJ nº 10.663.610/0001-29

DESENVOLVE SP
Agência de Desenvolvimento Paulista

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA

Relatório da Administração 2012

1. APRESENTAÇÃO

1.1. Nossa Caixa Desenvolvimento - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.

A Nossa Caixa Desenvolvimento - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. inicia sua história a partir da Lei Estadual 10.853, de 16 de julho de 2001, que a criou. Porém, foi o Decreto 52.142, de 06 de setembro de 2007, que dispôs sobre a sua constituição e o seu funcionamento.

Com o início das atividades em março de 2009 e um capital integralizado de R$ 1,0 bilhão, a Agência vem atuando de forma integrada com as entidades do governo estadual, constituindo-se num mecanismo ágil para definição de prioridades e instrumentos de atuação associados ao desenvolvimento econômico e social do Estado.

Com o objetivo de levar ao seu público alvo uma imagem mais moderna e sem mais nenhum tipo de vínculo com a marca Nossa Caixa, a Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., no 3º trimestre de 2012, oficialmente lançou a sua nova marca: **Desenvolve SP.**

A nova marca, aprovada pelos órgãos colegiados em abril/12, além de reforçar a vocação e o compromisso da instituição financeira com o crescimento econômico sustentável, busca construir uma nova identidade, forte e objetiva, alinhada à visão de desenvolvimento do Governo do Estado.

1.2. Missão

"Promover o desenvolvimento sustentável da economia paulista por meio de soluções financeiras."

1.3. Visão

"Ser reconhecida como instituição financeira de referência no desenvolvimento sustentável da economia paulista."

1.4. Valores

"Ética, transparência, excelência operacional e comprometimento com a sociedade."

1.5. Público-Alvo

A **Desenvolve SP** atende a empresas instaladas e com sede no Estado de São Paulo, dos setores produtivos: indústria, comércio, agronegócio e serviços, com faturamento anual acima de R$ 360 mil.

Para empresas com faturamento superior a R$ 300,0 milhões, a **Desenvolve SP** atua como agente repassador das linhas de financiamento do BNDES.

As Prefeituras e os órgãos da administração direta e indireta dos municípios também fazem parte do público atendido pela Agência, por meio de linhas de financiamento específicas para o Setor Público.

1.6. Estratégia de Atuação em 2012

Com a missão de promover o desenvolvimento sustentável da economia paulista, a **Desenvolve SP** busca ser reconhecida como uma instituição financeira de referência, sempre pautada pela ética, transparência, excelência operacional e comprometimento com a sociedade.

Em 2012, a **Desenvolve SP** priorizou os financiamentos a projetos e investimento. Foram colocadas em práticas várias ações, iniciadas ainda no final de 2011, onde se destacam:

I. Realização de ações comerciais proativas nos projetos de investimento

a. Novos prazos para projetos de investimento

No final de 2011, todas as linhas de crédito que financiaram projetos de investimento das empresas do Estado de São Paulo tiveram os prazos máximos alterados, **passando de cinco anos para dez anos**, iniciando 2012 com condições de alta competitividade frente ao mercado.

b. Alteração do Público-Alvo e redução das taxas de juros

Com a finalidade de incentivar o investimento produtivo, prioritariamente às pequenas e médias empresas, a **Desenvolve SP** alterou o público-alvo atendido e a taxa de juros para as linhas de financiamentos de investimentos.

O público da **Desenvolve SP**, até 2011, eram as pequenas e médias empresas com faturamento anual entre R$ 240 mil a R$ 100 milhões. Esses limites foram alterados para R$ 360 mil a R$ 300 milhões, nas operações com recursos próprios e, acima de R$ 300,0 milhões, para as operações com recursos de terceiros, considerando as regras do produto.

Com isso a **Desenvolve SP** ampliou consideravelmente o público que pode ser atendido pelas suas linhas de financiamento.

Com relação às taxas de juros, as empresas de pequeno e médio porte tiveram redução de um ponto percentual nas seguintes linhas de investimento: Financiamento ao Investimento Paulista; Linha Vale do Ribeira; Linha Economia Verde; Linha de Financiamento Petróleo & Gás Natural; Linha Especial a Franquias; e Linha Emergencial para Recuperação Econômica de Municípios Paulistas (capacidade produtiva).

c. Novos programas e produtos

O Governo do Estado de São Paulo, em parceria com a **Desenvolve SP** elabora programas para o desenvolvimento das regiões do Estado e para os diversos setores da economia.

Em 2012, a **Desenvolve SP** lançou **sete novas linhas de crédito**, vinculadas ao lançamento de três programas pelo Governo do Estado de São Paulo, sendo uma voltada ao setor público e as demais ao setor privado. Seis são com recursos próprios e uma com recursos do BNDES.

Como medida de incentivo ao setor avícola, o Governo do Estado de São Paulo SP, editou o Decreto 58.188/12, onde o setor terá direito a crédito de 5% do ICMS, incidente sobre o valor das vendas de carne de aves e produtos derivados.

Concomitantemente, a **Desenvolve SP** lançou o **PROAVI - Programa de Apoio ao Setor Avícola**, onde, por meio de suas linhas de financiamento, antecipa esses créditos acumulados de ICMS às empresas que efetuam o abate de aves no Estado de São Paulo.

II. Ampliação das parcerias com entidades empresariais.

Por meio do modelo de atuação de parcerias com órgãos de classe e entidades representativas do segmento empresarial a **Desenvolve SP** abrange todo o território paulista e viabiliza o acesso rápido aos financiamentos para as pequenas e médias empresas.

Neste ano, foram formalizadas 14 novas parcerias, totalizando 71 parceiros de diversos setores da economia paulista e 04 novos acordos operacionais. O Banco italiano *BIIS - Banca Infrastrutture Innovazione e Sviluppo* e a **Desenvolve SP** assinaram um acordo de cooperação mútua para apoiar projetos de Parcerias Público-Privadas (PPP) no Estado de São Paulo.

A **Desenvolve SP** tem, ainda, acordo operacional firmado com a Indústrias Romi, a Cooperação Andina de Fomento - CAF, a Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC e com o *KfW Bankengruppe (KfW)*, agente financeiro do Governo Federal Alemão, FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, com a FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos e com o SEBRAE - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo, entre outros.

2. PROGRAMAS DE GOVERNO

I. Programa de Incentivo à Renovação de Frota de Caminhões

O Programa de Incentivo à Renovação de Frota de Caminhões do Estado de São Paulo, instituído pelo Decreto 58.093, de 30 de maio de 2012, e denominado **RENOVA SP**, tem a finalidade de modernizar a frota de caminhões no Estado, por meio de linhas de financiamentos operadas pela **Desenvolve SP**, com recursos próprios ou mediante repasse de recursos de outras instituições de fomento ou desenvolvimento.

II. Programa de Incentivo ao Investimento Esportivo

O Programa de Incentivo ao Investimento Esportivo, instituído pelo Decreto 58.339 de 27 de agosto de 2012, tem a finalidade de estimular a realização de investimentos para sediar a Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014, no Estado de São Paulo.

III. Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica

O Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica, ou simplesmente **SÃO PAULO INOVA**, lançado em 24 de agosto de 2012, é uma iniciativa do Governo do Estado de São Paulo para apoiar empresas paulistas de base tecnológica e de perfil inovador.

O programa conta com três linhas de financiamento operadas pela **Desenvolve SP** que atendem empresas baseadas no Estado que tenham perfil inovador e com foco naquelas instaladas em incubadoras e nos parques tecnológicos.

O programa ainda contempla a constituição do **FUNDO INOVAÇÃO PAULISTA**, cujo objetivo é fomentar as empresas de perfil inovador com potencial para geração de novos produtos, agregando valor e beneficiando a economia e a população paulista. O gestor do Fundo será selecionado por processo público coordenado pela **Desenvolve SP**.

3. DESEMPENHO FINANCEIRO

A **Desenvolve SP** registrou, no exercício de 2012, lucro líquido de **R$ 32,2 milhões**.

Com Patrimônio Líquido de R$ 1.033,46 milhões, o Retorno Anualizado sobre o Patrimônio Líquido (ROAE), em 31/12/2012, foi de 3,14%. O resultado bruto da intermediação financeira foi de R$ 84,99 milhões, com saldo líquido entre despesas operacionais e outras receitas de R$ 43,15 milhões, gerando resultado operacional de R$ 41,8 milhões.

O total de ativos alcançou R$ 1.228,16 milhão, em 31/12/2012, composto por 50,2% de Títulos e Valores Mobiliários, e Operações Compromissadas, 1,6% de outros ativos, e 48,2% de operações de crédito, com carteira composta 72,1% de Recursos Próprios e 27,9% com recursos do BNDES.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 2012, a **Desenvolve SP** desembolsou R$ 403 milhões, 70% a mais que em 2011. O desembolso acumulado desde a primeira operação de crédito, em junho de 2009, foi de R$ 890 milhões.

Destacam-se os desembolsos para os projetos e investimentos que, somando-se os recursos próprios e de terceiros, representam 77% do total de desembolsos de 2012.

Ao final de dezembro de 2012, 856 empresas de 197 cidades receberam recursos, sendo que, dos desembolsos, 18% foram liberados para empresas da cidade de São Paulo, 6,7% para Campinas e 3,7% para São José do Rio Preto.

O setor da indústria tem 61,6% de participação no desembolso total, seguido pelo setor de serviços com 16,5%, governo com 13,7%, comércio com 8,2% e agronegócios com 0,1%.

O saldo em carteira totalizou R$ 611 milhões em 31/12/12, um crescimento de 81%, se comparado com 2011. Segundo dados do Banco Central do Brasil, o mercado de crédito para pessoa jurídica cresceu 16,5% nos últimos 12 meses.

Considerando o prazo de vencimento das operações, a carteira está composta com 31,17% de operações com vencimento de até 360 dias e 67,27% acima de 360 dias. Vale destacar que 72,6% da carteira estão classificados nos *rating's* "AA" e "A".

O índice de inadimplência, que é o montante de operações com atraso acima de 90 dias em relação ao total da carteira de crédito, registrado em 31/12/2012 foi de 5,2%.

5. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Com a orientação estratégica do Conselho de Administração e da Diretoria Colegiada, que exerce a administração geral, a **Desenvolve SP** busca a excelência na execução dos seus objetivos, assegurando o seu funcionamento, alinhado com as suas políticas e diretrizes.

As decisões são tomadas de forma colegiada, em níveis de alçadas diferenciadas, com o propósito de envolver todos os seus membros na definição de estratégias e aprovação de propostas. Para isso a **Desenvolve SP** utiliza comitês, que garantem agilidade, qualidade e segurança à tomada de decisão.

Para assegurar a fiscalização dos atos de gestão administrativa, a **Desenvolve SP** mantém o Conselho Fiscal e a unidade de Auditoria Interna. Em 29/11/2012, o Conselho de Administração aprovou a constituição do Comitê de Auditoria, com início de atividades previsto para março de 2013.

Em abril/12, foi instituído o Serviço de Informação ao Cidadão - SIC e a Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso - CADA, que tem como objetivo garantir o amplo acesso às informações por qualquer cidadão.

Em maio/12, a **Desenvolve SP** lançou, em seu *site*, uma página dedicada à transparência, onde estão disponibilizadas as informações de interesse público, relacionadas à atuação da Instituição, em consonância com a Lei Federal n° 12.527/2011 e o Decreto Estadual n° 58.052/2012, que regula o acesso à informação previsto na Constituição Federal.

6. GESTÃO DE PESSOAS

A **Desenvolve SP** prima pelo respeito e pela diversidade, implementando programas de educação e desenvolvimento voltados à valorização dos seus colaboradores e melhoria nas relações de trabalho.

As políticas de gestão de pessoas são definidas como linhas de ação em resposta às necessidades institucionais. No ano de 2012, a prioridade foi desenvolver ações orientadas à competência gerencial, atendimento e aprendizagem de novas técnicas.

Iniciou-se o projeto de aprimoramento das ferramentas de Gestão de Pessoas, a saber: (1) revisão da estrutura organizacional; (2) revisão do Plano de Cargos e Salário - PCS (3) avaliação de desempenho e (4) gestão da carreira, tendo como elo principal o desenvolvimento das competências necessárias para a consecução dos objetivos estratégicos da instituição.

As atividades de 2012 foram encerradas contando com 198 colaboradores, sendo 134 empregados, 04 diretores, 06 cedidos de outros órgãos, 12 estagiários, 05 aprendizes e 37 terceirizados.

Do total de empregados, diretores e cedidos (144), 55% são mulheres e 45% homens. As posições de liderança são ocupadas em 61% por mulheres e 39% por homens.

7. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Desde o início de suas atividades a **Desenvolve SP** buscou o desenvolvimento e comprometimento com a sociedade paulista, criando novos produtos, inovando em suas ações, sempre priorizando a qualidade e o respeito ao meio ambiente como valores essências de sua marca.

Esses valores levam em consideração uma postura disseminada pelo seu Código de Ética, uma boa governança corporativa, programas de treinamento, atendimento às legislações vigentes, programa de valorização do seu público interno, doações e contribuição para o não desperdício dos recursos naturais.

7.1. Programa de Responsabilidade Socioambiental

Este Programa objetiva estimular os colaboradores da Agência a exercerem sua cidadania integral na sociedade em que estão inseridos. Por isso, em 2012 foram realizadas campanhas de doação de sangue e agasalhos, com a participação dos colaboradores.

7.2. Programa de Qualidade de Vida

Por meio do Programa de Qualidade de Vida são realizadas ações que permitem ao colaborador uma maior motivação e saúde no ambiente de trabalho. Em 2012, a empresa possibilitou aos colaboradores a vacina contra a gripe no início do inverno. Também manteve a ÁGIL - Atividade de Ginástica Laboral e o Momento de Descompressão, que se trata de *quick-massage*[1] para os colaboradores, ambos com o objetivo de reduzir a ocorrência de doenças laborais, absenteísmo e presenteísmo dos empregados.

8. DESTAQUES 2012

8.1 Gestão de Pessoas - PCS e Avaliação de Desempenho

A **Desenvolve SP** iniciou em 2012 a reestruturação de seu Plano de Cargos e Salários e da Avaliação de Desempenho e Competências, tendo sido contratada a consultoria da FIPECAFI - Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras da Universidade de São Paulo.

Por meio dessas reestruturações espera-se implantar a Gestão por Competências nas atividades de gestão de recursos humanos da Agência, objetivando ser uma empresa cada vez mais estratégica, com a retenção dos talentos da empresa.

8.2 Fundos Garantidores

Em 18 de janeiro a **Desenvolve SP** formalizou Convênio de Cooperação Técnica e Financeira com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE visando à implantação e utilização do FAMPE - Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas em todos os produtos do setor privado, observando-se as normas do referido fundo.

Além disso, em 29 de fevereiro a garantia oferecida pelo FDA - Fundo de Aval do Estado de São Paulo foi ampliada para todos os produtos oferecidos pela **Desenvolve SP** ao setor privado, exceto para os produtos de capital de giro isolado, atendidas todas as regras de enquadramento do referido fundo.

A **Desenvolve SP** está habilitada também a operar com o FGI - Fundo Garantidor para Investimentos nas operações com repasse do BNDES.

8.3. Fundos de Investimentos

A **Desenvolve SP** lançou edital para capitalização do **Fundo de Inovação Paulista**, ligado ao Programa **São Paulo Inova** no dia 19 de setembro de 2012, em parceria com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo (SEBRAE-SP) e da Corporación Andina de Fomento (CAF).

Em 2012, a **Desenvolve SP** ainda realizou o investimento inicial nos fundos Performa SC, CRP Empreendedor e Burrill Brasil. Foram realizados três investimentos nos respectivos fundos, no valor de R$ 2,2 milhões.

8.4. Classificação *Rating*

A *Moody's Investors Service*, empresa que presta serviços de classificação de *rating* aos investidores e emissores do Brasil desde 1997, elevou, em 2012, os *ratings* de emissor de longo prazo em moeda local e na escala nacional da **Desenvolve SP** para Ba1 e Aa2.br, respectivamente.

O perfil de risco de crédito individual da **Desenvolve SP** controlada pelo Estado de São Paulo também foi elevado para b1.

Segundo o relatório da *Moody's*, a melhora do *rating* da Agência levou em consideração o crescimento estável dos ativos da instituição e os bons resultados recentes.

Em pouco mais de três anos de atividades, a **Desenvolve SP** está melhor colocada no *ranking* da *Moody's* que muitas instituições bancárias tradicionais.

O *rating* é a avaliação feita por organismos especializados, sobre a capacidade de uma instituição, país ou empresa, em saldar seus compromissos financeiros. O Estado de São Paulo tem grau de investimento com classificação Baa3 no *rating* da *Moody's*.

8.5. Nova Marca

Lançada em julho de 2012, a nova marca **Desenvolve SP - Agência de Desenvolvimento Paulista**, é resultado de um intenso trabalho para mitigar os ruídos de comunicação que afetavam de forma direta os negócios da Instituição. Neste momento a marca Nossa Caixa Desenvolvimento, deixou de ser utilizada.

A nova marca **Desenvolve SP** traz uma identidade forte que está integrada aos valores da instituição sendo capaz de traduzir sua atuação: focada no crescimento econômico sustentável aliado à geração de emprego e renda e a melhoria da qualidade de vida da população paulista.

A mudança da marca foi o resultado de um intenso trabalho de comunicação envolvendo diversas etapas. A primeira foram as pesquisas mercadológicas qualitativas e quantitativas, realizadas com mais de 500 empresários paulistas, além de um *media audit*.[2] Os objetivos eram analisar a percepção em relação ao nome da instituição e de que forma o nome afetava os negócios. Media audit: Pesquisa de mercado feita com jornalistas.

A segunda etapa foi desenvolver estudos de *brand* e posicionamento no mercado para se chegar a nova marca. A terceira etapa foi preparar todos os canais da Instituição e seus *stakeholders* para o lançamento da nova marca. Dois meses após o lançamento da **Desenvolve SP**, a mídia espontânea apresentou aumento de 127% nas publicações e houve queda de 87% nas matérias com erros relacionados à marca, comparando os meses de agosto de 2011 e 2012.

Em nova pesquisa media *audit* realizada os resultados apontam que 65% não confundem mais o papel da instituição e 56% dos entrevistados afirmam que o novo nome reflete de forma mais direta o objetivo da **Desenvolve SP**.

As ligações recebidas, assim como os emails no faleconosco@, mais que dobraram no período do lançamento da marca e já tratavam a empresa pelo novo nome.

Os resultados apontam que, com a nova marca, os ruídos de comunicação foram reduzidos de forma significativa, dando à instituição um posicionamento forte e objetivo no mercado.

---

[1] *Quick-massage*: massagem rápida.

[2] *Media audit*: *Pesquisa de mercado feita com jornalistas.*

continua...

Balanços patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)

A T I V O	Nota	31/12/2012	31/12/2011
Circulante		**320.471**	**160.210**
Aplicações interfinanceiras de liquidez		**11.901**	**17.498**
Aplicações no mercado aberto		11.901	17.498
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	**5**	**109.351**	**2.245**
Carteira própria		109.351	2.245
Operações de crédito	**6**	**189.058**	**140.380**
Setor público		22.173	6.525
Setor privado		177.842	137.424
(Provisão para operações de crédito)		(10.957)	(3.569)
Outros créditos	**7**	**9.388**	**87**
Diversos		9.388	87
Outros valores e bens		**773**	**-**
Bens não de uso próprio		773	-
Não circulante		**904.608**	**992.463**
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financ. derivativos	**5**	**495.675**	**799.408**
Carteira própria		495.675	799.408
Operações de crédito	**6**	**402.321**	**191.208**
Setor público		93.818	25.072
Setor privado		317.322	167.964
(Provisão para operações de crédito)		(8.819)	(1.828)
Outros créditos	**7**	**6.612**	**1.847**
Diversos		6.612	1.847
Permanente		**3.083**	**675**
Investimentos		**2.413**	**200**
Ações e cotas		2.413	200
Imobilizado de uso		**587**	**351**
Outras imobilizações de uso		693	412
(Depreciações acumuladas)		(106)	(61)
Intangível		**83**	**124**
Outros ativos intangíveis		172	184
(Amortização acumulada)		(89)	(60)
Total do ativo		**1.228.162**	**1.153.348**

P A S S I V O	Nota	31/12/2012	31/12/2011
Circulante		**75.965**	**61.235**
Depósitos	**8**	**6.146**	**3.919**
Depósitos vinculados		6.146	3.919
Obrigações por repasses do País Instituições Oficiais	**9**	**48.449**	**33.688**
BNDES		17.538	11.734
FINAME		30.911	21.954
Outras obrigações	**10**	**21.370**	**23.628**
Cobrança e arrecadação de tributos		35	76
Obrigações sociais e estatutárias		4.772	11.047
Obrigações fiscais e previdenciárias		12.983	10.436
Diversos		3.580	2.069
Não circulante		**118.739**	**67.471**
Obrigações por repasses do País Instituições Oficiais	**9**	**118.739**	**67.471**
BNDES		32.851	13.502
FINAME		85.888	53.969
Patrimônio líquido	**12**	**1.033.458**	**1.024.642**
Capital social		1.000.000	1.000.000
Ações ordinárias - País		1.000.000	1.000.000
Reservas de lucros		33.458	24.642
Total do passivo		**1.228.162**	**1.153.348**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e semestre findo em 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de Reais)

	Nota	2º semestre de 2012	2012	2011
Receitas da intermediação financeira		**54.417**	**111.838**	**122.896**
Operações de crédito		31.028	53.484	25.323
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		23.389	58.354	97.573
Despesas da intermediação financeira		**(17.788)**	**(26.844)**	**(8.357)**
Operações de empréstimos e repasses		(3.391)	(6.018)	(3.203)
Provisão para operações de crédito		(14.397)	(20.826)	(5.154)
Resultado bruto da intermediação financeira		**36.629**	**84.994**	**114.539**
Outras receitas/despesas operacionais		**(23.854)**	**(43.148)**	**(43.187)**
Rendas de tarifas bancárias		1.508	2.936	2.172
Despesas de pessoal	11	(10.370)	(20.283)	(17.838)
Outras despesas administrativas	11	(12.504)	(20.173)	(21.066)
Despesas tributárias	11	(2.579)	(5.395)	(5.917)
Outras receitas operacionais		425	594	209
Outras despesas operacionais		(334)	(827)	(747)
Resultado operacional		**12.775**	**41.846**	**71.352**
Resultado não operacional		**11**	**27**	**-**
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		**12.786**	**41.873**	**71.352**
Imposto de renda e contribuição social	**13**	**(2.908)**	**(8.110)**	**(12.637)**
Provisão para imposto de renda		(5.083)	(11.195)	(10.534)
Provisão para contribuição social		(1.912)	(4.119)	(3.950)
Ativo fiscal diferido		4.087	7.204	1.847
Participações estatutárias no lucro		**(608)**	**(1.521)**	**(1.612)**
Lucro líquido		**9.270**	**32.242**	**57.103**
Juros sobre capital próprio	**12**	**(4.424)**	**(18.360)**	**(31.732)**
Lucro por ação (R$)	**12**	**0,00927**	**0,03224**	**0,05710**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e semestre findo em 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de Reais)

	Capital realizado	Aumento de capital	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Especiais de lucro	Lucros ou prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01/01/2011	**600.000**	**400.000**	**1.309**	**18.631**	**-**	**1.019.940**
Homologação do Banco Central em 13/01/2011	400.000	(400.000)	-	-	-	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	57.103	57.103
Destinações:						
Reservas	-	-	2.855	1.847	(4.702)	-
Dividendos	-	-	-	-	(20.669)	(20.669)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(31.732)	(31.732)
Saldos em 31/12/2011	**1.000.000**	**-**	**4.164**	**20.478**	**-**	**1.024.642**
Mutações do período	**400.000**	**(400.000)**	**2.855**	**1.847**	**-**	**4.702**
Saldos em 01/01/2012	**1.000.000**	**-**	**4.164**	**20.478**	**-**	**1.024.642**
Lucro líquido do período	-	-	-	-	32.242	32.242
Destinações:						
Reservas	-	-	1.612	7.204	(8.816)	-
Dividendos	-	-	-	-	(5.066)	(5.066)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(18.360)	(18.360)
Saldos em 31/12/2012	**1.000.000**	**-**	**5.776**	**27.682**	**-**	**1.033.458**
Mutações do período	**-**	**-**	**1.612**	**7.204**	**-**	**8.816**
Saldos em 01/07/2012	**1.000.000**	**-**	**5.313**	**24.497**	**-**	**1.029.810**
Lucro líquido do período	-	-	-	-	9.270	9.270
Destinações:						
Reservas	-	-	463	3.185	(3.648)	-
Dividendos	-	-	-	-	(1.198)	(1.198)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(4.424)	(4.424)
Saldos em 31/12/2012	**1.000.000**	**-**	**5.776**	**27.682**	**-**	**1.033.458**
Mutações do período	**-**	**-**	**463**	**3.185**	**-**	**3.648**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e semestre findo em 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de Reais)

	Nota	1º semestre de 2012	2012	2011
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do período		**9.270**	**32.242**	**57.103**
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa líquido		**14.438**	**20.922**	**5.223**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		14.397	20.826	5.154
Depreciação e amortização		41	96	69
Lucro ajustado do período		**23.708**	**53.164**	**62.326**
Variação ativo/passivo		**(10.386)**	**(33.478)**	**(393.990)**
(Aumento)/redução em TVM		107.098	195.980	(274.378)
(Aumento)/redução operações de crédito		(161.004)	(280.617)	(153.340)
(Aumento)/redução outros créditos		(7.200)	(14.066)	(1.243)
(Aumento)/redução outros valores e bens		(773)	(773)	-
Aumento/(redução) depósitos		1.130	2.227	221
Aumento/(redução) obrigações por empréstimos e repasses		49.644	66.029	22.370
Aumento/(redução) outras obrigações		719	(2.258)	12.380
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		**13.322**	**19.686**	**(331.664)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de ações e cotas		(1.213)	(2.213)	-
Aquisição de imobilizado de uso		(257)	(281)	(100)
Aplicações no intangível		-	(9)	(36)
Caixa líquido das atividades de investimentos		**(1.470)**	**(2.503)**	**(136)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Dividendos pagos/provisionados	12	(1.198)	(5.066)	(20.669)
Juros sobre o capital próprio pagos/provisionados	12	(4.424)	(18.360)	(31.732)
Caixa líquido das atividades de financiamentos		**(5.622)**	**(23.426)**	**(52.401)**
Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		**6.230**	**(6.243)**	**(384.201)**
Modificação na posição de caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		7.270	19.743	403.944
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	4	13.500	13.500	19.743
Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		**6.230**	**(6.243)**	**(384.201)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e semestre findo em 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Nossa Caixa Desenvolvimento - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. é uma Instituição Financeira de Capital Fechado, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, pela Lei Estadual nº 10.853/2001 e regulamentada pelo Decreto nº 52.142/2007, sendo parte integrante da administração indireta do Estado de São Paulo.

As operações são regulamentadas pela Resolução CMN nº 2.828, de 30 de março de 2001, e alterações. A instituição iniciou suas atividades operacionais em 11 de março de 2009, após autorização de funcionamento do Banco Central do Brasil, obtida em 11 de fevereiro de 2009.

Sua missão é promover o desenvolvimento sustentável da economia paulista por meio de soluções financeiras. Podendo praticar operações através de recursos próprios e repasses de recursos captados no País e no exterior originários de:

i. Fundos governamentais;

ii. Orçamento estadual;

iii. Organismos e Instituições Nacionais e Internacionais de Desenvolvimento.

Também faz parte do objeto social a prestação de garantias, a prestação de serviços de consultoria e de agente financeiro, bem como a administração de fundos de desenvolvimento, observado o disposto no art. 35 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A apresentação dessas Demonstrações Financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF).

Em 20/02/2013, a Diretoria Colegiada aprovou a conclusão das Demonstrações Financeiras da Nossa Caixa Desenvolvimento - Agência de Fomento do Estado de São Paulo.

3. Alterações na Lei das S.A. (Lei nº 6.404)

A Lei nº 11.638, publicada no Diário Oficial da União em 28 de dezembro de 2007 e complementada pela Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, alterou diversos dispositivos da Lei nº 6.404 (Sociedade por Ações). Com vistas a regulamentar essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) editou diversos pronunciamentos contábeis de 2008 a 2010, alguns dos quais já foram revistos entre 2010 e 2012.

A normatização do Banco Central do Brasil editada até o momento considera: (a) tratamento do saldo das reservas de capital e da destinação dos lucros acumulados; (b) tratamento do ativo imobilizado e diferido; (c) reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (d) apresentação da demonstração do fluxo de caixa em substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos (e) tratamento de provisões, passivos e ativos contingentes; (f) divulgação sobre partes relacionadas; (g) evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações contábeis; (h) critérios e condições para mensuração, reconhecimento e divulgação de transações com pagamento baseado em ações; (i) registro e evidenciação de políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros, e (j) estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações financeiras.

4. Principais práticas contábeis

a) Receitas e despesas

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, com exceção das rendas provenientes das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, que serão registradas como receita efetiva, somente na data do seu recebimento.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações em títulos e valores mobiliários de curto prazo, de alta liquidez, com vencimento igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 31 de dezembro de 2012, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim compostos:

	31/12/2012	31/12/2011
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	11.901	17.498
Títulos e valores mobiliários - Cotas de fundos de investimento	1.599	2.245
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	**13.500**	**19.743**

c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários que compõem a carteira própria foram registrados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os fundos de investimento são registrados pelo valor da cota divulgada pelo Administrador.

As agências de fomento estão dispensadas da aplicação da Circular Bacen nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, a qual estabelece que os títulos e valores mobiliários devem ser classificados dentro das seguintes categorias: títulos para negociação, disponíveis para a venda e mantidos até o vencimento, sendo que para as duas primeiras categorias deve ocorrer o ajuste ao valor de mercado.

d) Operações de crédito, obrigações por repasse e provisão para perdas em operações de crédito

d1. Operações de crédito e obrigações por repasse

As operações de crédito e as obrigações por repasse estão registradas ao valor do principal, incorporando rendimentos e encargos auferidos até a data do balanço, em razão da fluência dos prazos.

Não são apropriados rendimentos de operações de crédito com atraso igual ou superior a 60 dias, sendo apropriados somente por ocasião do efetivo recebimento dos valores em atraso.

d2. Provisão para perdas em operações de crédito

A classificação das operações de crédito e a constituição das respectivas provisões para perdas são efetuadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

A Administração adota a premissa da contagem em dobro dos prazos para constituição da provisão por atraso das operações de crédito com prazo superior a 36 meses e que possuam garantias reais, conforme facultado pelo artigo 4º, parágrafo primeiro, da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

e) Ativo permanente

O ativo permanente é registrado ao custo de aquisição líquido das respectivas provisões para perdas, depreciações e amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens à taxa de:

- 10% para instalações, móveis e equipamentos de uso e sistemas de comunicação;
- 20% para sistemas de processamento de dados;
- 20% para intangíveis.

f) Demais ativos e passivos

Os demais ativos e passivos são apresentados pelos valores de realização ou liquidação na data do balanço.

g) Provisão para imposto de renda, contribuição social e contribuições

g1. Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida de adicional de 10% sobre o excedente a R$ 240 mil no ano.

A provisão para contribuição social foi calculada sobre o lucro real à alíquota de 9%.

Os créditos tributários referentes ao imposto de renda e contribuição social são constituídos através das diferenças temporárias entre o resultado contábil e fiscal. A expectativa de realização destes créditos está demonstrada na Nota 13 c.

g2. Recolhimento do PIS e da COFINS

As contribuições para o Programa de Integração Social (PIS) e para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) são recolhidas mensalmente, com base na sistemática cumulativa, sujeitando-se às alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, incidentes sobre o faturamento, permitindo-se ainda a dedução das despesas estabelecidas na legislação tributária.

h) Utilização de Estimativas

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para créditos de liquidação duvidosa e provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.

i) Contingências

A Instituição segue as diretrizes da Resolução CMN nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, emitida pelo Banco Central do Brasil referente aos procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, contingências passivas e contingências ativas.

A constituição da provisão para contingências passivas é realizada sempre que a opinião dos assessores jurídicos em relação à perda seja classificada como provável e que haja uma estimativa confiável dos montantes envolvidos. Os passivos contingentes são divulgados em notas explicativas, a menos que seja remota a possibilidade de ocorrer qualquer desembolso na liquidação.

5. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2012, a carteira de títulos e valores mobiliários estava assim composta:

	31/12/2012 Curto prazo	31/12/2012 Longo prazo	31/12/2011 Curto prazo	31/12/2011 Longo prazo
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	107.752	495.675	-	799.408
Cotas de Fundos de Renda Fixa	1.599	-	2.245	-
Total	**109.351**	**495.675**	**2.245**	**799.408**

As Cotas do Fundo de Renda Fixa e Letras Financeiras do Tesouro são custodiadas pelo Banco do Brasil S.A.

Em 31 de dezembro de 2012, a Instituição não possuía em aberto operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

6. Operações de crédito

a) Carteira por modalidade

	31/12/2012	31/12/2011
Financiamentos	349.654	154.247
Empréstimos	149.156	153.136
Financiamento de Infraestrutura e Desenvolvimento	112.345	29.099
Títulos Descontados	-	502
Total da Carteira de Crédito	**611.155**	**336.985**
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(19.776)	(5.397)
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	**591.379**	**331.588**

continua...

b) Receitas de operações de crédito

	2º Sem./2012	2012	2011
Financiamentos	15.245	24.378	9.077
Empréstimos	9.788	20.957	13.894
Financiamento de infraestrutura e desenvolvimento	5.841	7.987	2.028
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	154	154	-
Títulos Descontados	-	8	324
Total	**31.028**	**53.484**	**25.323**

c) Carteira por setor de atividade econômica

	31/12/2012	%	31/12/2011	%
Setor Público	**115.991**	**19%**	**31.597**	**9%**
Administração Direta	115.991	19%	31.597	9%
Setor Privado	**495.164**	**81%**	**305.388**	**91%**
Indústria	347.666	57%	211.455	63%
Outros serviços	101.447	16%	46.732	14%
Comércio	46.051	8%	47.201	14%
Total	**611.155**	**100%**	**336.985**	**100%**

d) Carteira por níveis de risco e prazos de vencimento

Operações em Curso Normal	**AA**	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**	**F**	**G**	**H**	**31/12/2012 Total da Carteira**	**31/12/2011 Total da Carteira**
Parcelas Vincendas	**302.534**	**139.693**	**95.289**	**28.859**	**3.975**	**3.942**	**273**	**-**	**2.124**	**576.689**	**331.399**
01 a 30	10.301	5.502	1.754	282	38	64	12	-	35	17.988	9.492
31 a 60	8.804	5.360	1.738	489	22	48	9	-	72	16.542	11.519
61 a 90	7.788	4.837	1.437	259	31	44	10	-	5	14.411	11.086
91 a 180	23.012	14.577	4.974	1.165	115	135	30	-	199	44.207	34.093
181 a 360	47.998	23.279	11.228	3.837	273	421	65	-	398	87.499	72.661
Acima de 360	204.631	86.138	74.158	22.827	3.496	3.230	147	-	1.415	396.042	192.548
Parcelas Vencidas	**-**	**1.335**	**218**	**75**	**36**	**25**	**-**	**-**	**2**	**1.691**	**777**
01 a 30	-	1.335	185	45	17	25	-	-	2	1.609	745
31 a 60	-	-	33	30	19	-	-	-	-	82	32
Subtotal	**302.534**	**141.028**	**95.507**	**28.934**	**4.011**	**3.967**	**273**	**-**	**2.126**	**578.380**	**332.176**

Operações em Curso Anormal	**AA**	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**	**F**	**G**	**H**	**31/12/2012 Total da Carteira**	**31/12/2011 Total da Carteira**
Parcelas Vincendas	**-**	**-**	**-**	**-**	**12.286**	**4.951**	**2.094**	**394**	**5.212**	**24.937**	**3.095**
01 a 30	-	-	-	-	155	247	444	87	263	1.196	301
31 a 60	-	-	-	-	155	242	435	87	293	1.212	285
61 a 90	-	-	-	-	270	236	267	82	259	1.114	279
91 a 180	-	-	-	-	809	472	87	15	972	2.355	830
181 a 360	-	-	-	-	1.489	751	174	28	1.521	3.963	911
Acima de 360	-	-	-	-	9.408	3.003	687	95	1.904	15.097	489
Parcelas Vencidas	**-**	**-**	**-**	**-**	**829**	**1.693**	**3.164**	**600**	**1.552**	**7.838**	**1.714**
01 a 30	-	-	-	-	155	250	454	87	253	1.199	340
31 a 60	-	-	-	-	215	257	620	91	246	1.429	352
61 a 90	-	-	-	-	41	267	616	91	174	1.189	341
91 a 180	-	-	-	-	418	558	1.473	314	477	3.240	681
181 a 360	-	-	-	-	-	361	1	17	402	781	-
Subtotal	**-**	**-**	**-**	**-**	**13.115**	**6.644**	**5.258**	**994**	**6.764**	**32.775**	**4.809**
Total	**302.534**	**141.028**	**95.507**	**28.934**	**17.126**	**10.611**	**5.531**	**994**	**8.890**	**611.155**	**336.985**

e) Constituição da provisão para operações de crédito por níveis de risco

					31/12/2012				31/12/2011
Nível de Risco	**Provisão %**	**Valor das Operações**	**Provisão Requerida**	**Provisão Adicional**	**Provisão Total**	**Valor das Operações**	**Provisão Requerida**	**Provisão Adicional**	**Provisão Total**
AA	-	302.534	-	-	-	194.201	-	80	80
A	0,5	141.028	705	-	705	106.044	530	954	1.484
B	1,0	95.507	955	-	955	19.153	192	87	279
C	3,0	28.934	868	-	868	10.358	311	271	582
D	10,0	17.126	1.713	-	1.713	1.622	162	229	391
E	30,0	10.611	3.183	-	3.183	1.402	420	40	460
F	50,0	5.531	2.766	-	2.766	4.169	2.085	-	2.085
G	70,0	994	696	-	696	-	-	-	-
H	100,0	8.890	8.890	-	8.890	36	36	-	36
Total		**611.155**	**19.776**	**-**	**19.776**	**336.985**	**3.736**	**1.661**	**5.397**

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2º Sem./2012	2012	2011
Saldo Inicial	**11.826**	**5.397**	**567**
Créditos baixados para prejuízo	(6.447)	(6.447)	(325)
Provisão constituída	14.397	20.826	5.155
Saldo Final	**19.776**	**19.776**	**5.397**

g) Informações complementares

	2º Sem./2012	2012	2011
Créditos renegociados (a)	8.262	20.358	9.877
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	154	154	-

(a) Considera-se renegociação qualquer tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

7. Outros créditos

	31/12/2012	31/12/2011
Créditos tributários	9.051	1.847
Impostos e contribuições a compensar	6.880	-
Adiantamentos para despesas	47	75
Devedores diversos	22	12
Total	**16.000**	**1.934**

8. Depósitos vinculados

	31/12/2012	31/12/2011
Garantias de operações de crédito (a)	5.986	3.819
Garantias de fornecedores	160	100
Total	**6.146**	**3.919**

(a) Referem-se a recursos provenientes da liquidação de duplicatas ou contratos recebidos como garantias de operações de crédito, e que serão liberados ao cliente quando verificado o nível mínimo exigido de garantias para essas operações.

9. Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais

As obrigações por repasses do país referem-se a recursos captados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME, com vencimentos mensais e encargos financeiros conforme tabela abaixo:

Programa	**Encargos**	**31/12/2012**	**31/12/2011**
BNDES	Pós: TJLP ou TJLP mais juros de 0,5% até 4,5 % a.a.	50.389	25.236
FINAME	Pré: Juros de até 7,0 % a.a. Pós: TJLP mais juros de 1,0% até 1,7% a.a	116.799	75.923
Total		**167.188**	**101.159**

10. Outras obrigações

a) Sociais e estatutárias	**31/12/2012**	**31/12/2011**
Juros sobre o capital próprio	2.633	6.087
Dividendos	1.198	3.713
Participação nos lucros	941	1.247
Total	**4.772**	**11.047**

b) Fiscais e previdenciárias	**31/12/2012**	**31/12/2011**
Imposto de Renda	8.237	6.097
Contribuição Social	3.043	2.728
Impostos e contribuições sobre salários	1.217	1.094
PIS/COFINS	438	485
Outros	48	32
Total	**12.983**	**10.436**

c) Outras Obrigações - Diversas	**31/12/2012**	**31/12/2011**
Fornecedores	2.024	536
Despesas de pessoal	1.286	1.533
Provisões para despesas administrativas	270	-
Total	**3.580**	**2.069**

11. Desdobramento das contas de resultado

a) Despesas de pessoal	**2º Sem./2012**	**2012**	**2011**
Proventos	5.291	10.234	9.021
Encargos sociais	2.059	4.058	3.553
Benefícios	1.585	3.042	2.648
Honorários de diretores e conselheiros	1.094	2.261	1.979
Treinamento	240	469	451
Estagiários	101	219	186
Total	**10.370**	**20.283**	**17.838**

b) Outras despesas administrativas

	2º Sem./2012	2012	2011
Propaganda e publicidade (a)	5.954	9.086	11.736
Patrocínios e relações públicas (a)	1.644	2.851	2.818
Manutenção e conservação de bens	1.198	1.358	442
Processamentos de dados	1.106	2.241	1.952
Serviços técnicos especializados	712	1.197	1.200
Transporte	265	575	454
Contribuições filantrópicas	210	210	383
Serviços de terceiros	191	355	234
Serviços do sistema financeiro	187	408	335
Viagem no país	110	197	126
Publicações	106	228	451
Vigilância e segurança	92	181	156
Comunicações	88	185	156
Água, energia e gás	76	174	85
Materiais de Escritório	50	70	75
Depreciação	24	46	36
Amortização	17	50	33
Seguros	2	12	-
Viagem ao exterior	-	3	-
Outras (legais e judiciais, copa, cozinha, limpeza, etc.)	472	746	394
Total	**12.504**	**20.173**	**21.066**

(a) Os investimentos em Propaganda e Publicidade incluem publicidade legal, realização de pesquisas, produção de materiais informativos, campanha publicitária, mídia e ações de *marketing* para divulgação dos produtos oferecidos no mercado com foco na geração de negócios junto ao público alvo, além de divulgar a forma de atuação da Instituição. Já o item Promoções e Relações Públicas refere-se substancialmente a investimentos relativos à participação em feiras e eventos de negócios, realizados em diversos locais do estado de São Paulo.

c) Despesas tributárias	**2º Sem./2012**	**2012**	**2011**
Contribuição ao COFINS	2.102	4.358	4.882
Contribuição ao PIS	342	708	793
ISS	78	152	119
Outras	57	177	123
Total	**2.579**	**5.395**	**5.917**

12. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social de R$ 1 bilhão está representado por 1.000.000.000 de ações ordinárias de classe única, todas nominativas e sem valor nominal.

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Em Reunião do Conselho de Administração de 22 de março de 2011, os membros deliberaram que, a partir de 2011 até a sua revogação, ocorrerá a distribuição de 100% do lucro líquido após destinações previstas em Lei, observado o limite máximo da distribuição sob a forma de juros sobre o capital próprio, estabelecido pela legislação, e o restante na forma de dividendos. A base de cálculo considera o lucro líquido dos meses encerrados e a estimativa de lucro líquido do último mês.

Foram distribuídos juros sobre o capital próprio e dividendos, conforme segue:

	2º Sem./2012	2012	2011
Juros sobre do capital próprio	4.424	18.360	31.732
Dividendos	1.198	5.066	20.669
Total	**5.622**	**23.426**	**52.401**

Para elaboração da Demonstração de Resultado, os juros sobre o capital são demonstrados posteriormente à apuração do lucro líquido, consoante o artigo 3º da Circular Bacen nº 2.739, de 19 de fevereiro de 1997.

c) Lucro por ação

	2º Sem./2012	2012	2011
Lucro líquido do período	9.270	32.242	57.103
Número de ações	1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000
Lucro por ação (R$)	**0,00927**	**0,03224**	**0,05710**

d) Reserva legal

A reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

13. Imposto de renda e contribuição social

a) Demonstrativo de imposto de renda e contribuição social

	2º Sem./2012	2012	2011
Despesa de imposto de renda	(5.083)	(11.195)	(10.534)
Despesa de contribuição social	(1.912)	(4.119)	(3.950)
Ativo fiscal diferido	4.087	7.204	1.847
Total	**(2.908)**	**(8.110)**	**(12.637)**

b) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	2º Sem./2012	2012	2011
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	12.786	41.873	71.352
Participação dos empregados	(608)	(1.521)	(1.612)
Resultado após a participação dos empregados	12.178	40.352	69.740
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas respectivas de 25% e 9%	**(4.141)**	**(13.720)**	**(23.712)**
Ajustes para Cálculo de IR e CSLL:			
Provisões para despesas administrativas	808	(92)	-
Contribuições a entidades de classe	(30)	(57)	(55)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.895)	(7.112)	(1.847)
Gratificação Diretoria, Conselho Fiscal e Administração	(110)	(248)	(300)
Multas	(11)	(12)	(3)
Outras adições	(494)	(742)	(197)
Outras exclusões	159	204	427
Total dos ajustes	**(4.573)**	**(8.059)**	**(1.975)**
Prorrogação de licença maternidade	2	5	7
Incentivos fiscais - PAT	212	217	407
Juros sobre capital próprio	1.505	6.243	10.789
Imposto de Renda e CSLL	**(6.995)**	**(15.314)**	**(14.484)**
Ativo fiscal diferido	4.087	7.204	1.847
Despesa de IR e CSLL	**(2.908)**	**(8.110)**	**(12.637)**

c) Créditos tributários

Os créditos tributários referentes ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido foram constituídos sobre diferenças temporárias, aplicando-se alíquota de 34%, conforme apresentado abaixo:

Diferenças Temporárias	**31/12/2011**	**Constituição**	**31/12/2012**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.847	7.112	8.959
Provisões para despesas administrativas	-	92	92
Total	**1.847**	**7.204**	**9.051**

Os créditos decorrentes da provisão com despesas administrativas serão realizados pelo pagamento dessas despesas, enquanto os créditos relativos à provisão para créditos de liquidação duvidosa serão realizados mediante a ocorrência de prejuízos, de acordo com os prazos definidos na legislação.

A expectativa de realização dos créditos relativos às despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa foi baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho de Administração, de acordo com a Circular Bacen nº 3.171, de 30 de dezembro de 2002, conforme demonstrado a seguir:

	2013	2014	2015	Total
Valor nominal	2.347	3.190	3.422	8.959
Valor presente	2.189	2.736	2.693	7.618

O valor presente dos créditos tributários foi obtido através de desconto pela taxa de juros prevista no estudo técnico realizado para constituição dos créditos tributários.

14. Regime tributário do PIS e da COFINS

A Receita Federal, por suas Delegacias Regionais, tem adotado interpretação segundo a qual as Agências de Fomento estariam sujeitas a adoção do regime não-cumulativo de apuração do PIS e da COFINS, pelo qual tais contribuições deveriam ser calculadas sobre a totalidade das receitas auferidas pelas Agências, descontados os créditos legalmente admitidos, aplicando-se as alíquotas de 1,65% e 7,6%.

No dia 16 de agosto de 2010, foi impetrado Mandado de Segurança Coletivo em nome da Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento - ABDE, que neste ato representa as suas associadas agências de fomento, com o fim de obter o reconhecimento do direito de calcularem o PIS e a COFINS com base no regime cumulativo.

Com o advento da Lei nº 12.715 de 17 de setembro de 2012, perde-se o objeto do Mandado de Segurança, pois fica explícito em seu artigo 70º que, para fins de incidência de tributos federais, inclusive contribuições previdenciárias, as agências de fomento ficam submetidas às regras de tributação aplicáveis aos bancos de desenvolvimento.

Portanto, permanecem inalteradas as alíquotas atualmente aplicadas na apuração do PIS e da COFINS.

No entanto, com relação à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido a alíquota passará de 9% a 15%, a partir de janeiro de 2013.

15. Limites operacionais

O Conselho Monetário Nacional, através do Banco Central do Brasil, divulgou as Resoluções nº 3.444, de 28 de fevereiro de 2007, e nº 3.490, de 29 de agosto de 2007, que norteiam os cálculos para o requerimento de capital compatível com o risco das atividades desenvolvidas pelas instituições financeiras.

A instituição encontra-se devidamente enquadrada aos limites operacionais estabelecidos pela regulamentação vigente.

Em 31/12/2012, o Patrimônio de Referência (PR) apresenta-se superior em R$ 761,1 milhões ao mínimo exigido. O Índice de Basiléia apurado é de 128%, enquanto o mínimo exigido é de 11%.

16. Transações com partes relacionadas

A Instituição tem como acionista majoritário o Estado de São Paulo com 99,998% das ações.

Por meio de Termo de Cessão de Uso a Titulo Gratuito, a Instituição beneficia-se do uso de imóvel pertencente à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo para desempenho de suas atividades.

Os custos com o pessoal-chave da Instituição, formado pelo Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal foram:

Benefícios de Curto Prazo	**2º Sem./2012**	**2012**	**2011**
Diretoria	924	1.843	1.570
Conselho de Administração	331	756	708
Conselho Fiscal	116	229	203
Total	**1.371**	**2.828**	**2.481**

17. Contingências

A Instituição não possui contingências ativas ou passivas classificadas como prováveis ou possíveis que requeiram registro contábil ou divulgação em notas explicativas.

18. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

Na Instituição, o gerenciamento dos riscos é realizado pela SURIC - Superintendência de Riscos, Compliance e Normas. A SURIC é uma unidade independente, ligada diretamente à Presidência.

Essa superintendência é composta por duas gerências, sendo uma responsável pelo gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, e a outra responsável pelas normas e pelos controles internos e Compliance.

O Relatório de Descrição da Estrutura de Gerenciamento de Riscos está disponível ao público na sede da instituição.

a) Risco Operacional

A Política de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração, instituiu metodologias, responsabilidades e padrões adequados para a gestão do risco operacional, norteando a implementação de medidas voltadas ao aperfeiçoamento dos processos executados pela instituição.

O MNP - Controles Internos e Compliance, aprovado pela Diretoria Colegiada, contém a metodologia de mapeamento de riscos das atividades da instituição, utilizada para a construção de matrizes de risco e consequente implementação de medidas e planos de ação de melhoria.

O acompanhamento sistemático do cumprimento de normativos expedidos pelos órgãos reguladores, a divulgação de Manuais de Normas e Procedimentos internos e as melhorias promovidas nas áreas da Tecnologia da Informação e Gestão de Pessoas complementam as ações de controles internos e contribuem para a mitigação do risco operacional.

No tocante à alocação de capital, no cômputo do Patrimônio de Referência Exigido, o cálculo da Parcela referente ao Risco Operacional (POPR) é feito em consonância aos critérios estabelecidos pela Circular Bacen nº 3.383, de 30 de abril 2008. Para esse cálculo, a Instituição optou pela metodologia da Abordagem do Indicador Básico.

b) Risco de Mercado

A Política de Gerenciamento do Risco de Mercado, aprovada pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração, instituiu diretrizes, metodologias, limites e responsabilidades no âmbito do risco de mercado.

continua...

O risco inerente à flutuação das taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (RBAN) é calculado diariamente através do VaR Paramétrico, com 95% de confiança, para o horizonte de um dia.
Embora não haja operações registradas na carteira de negociação, a política define, para essas operações, o cálculo do risco de mercado de acordo com normativos divulgados pelo Banco Central do Brasil.

c) Risco de Crédito

A Diretoria Colegiada e o Conselho de Administração aprovaram a Política de Gerenciamento do Risco de Crédito, que instituiu padrões e responsabilidades no âmbito do gerenciamento desse risco.
O acompanhamento sistemático da evolução da carteira de crédito permite a análise de sua segmentação e o armazenamento de dados para projeções e análises futuras.
O cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido, referente às Exposições Ponderadas por Fator de Risco (PEPR), é efetuado com base na Circular Bacen nº 3.360, de 12 de setembro de 2007.

d) Risco de Liquidez

Em dezembro de 2012, a Diretoria Colegiada e o Conselho de Administração aprovaram a Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez, que instituiu metodologias e responsabilidades para o efetivo controle de liquidez da instituição.
Foi aprovado, também, o Plano de Contingência de Liquidez, que determina as ações a serem tomadas em caso de estresse de liquidez.

e) Estrutura de Gerenciamento de Capital

Em junho de 2011, foi divulgada, pelo Banco Central, a Resolução CMN nº 3.988, que determina a obrigatoriedade de implementação de estrutura de gerenciamento de capital. Seguindo o cronograma determinado, a instituição aprovou, em dezembro de 2011, que a gestão do capital será de responsabilidade da SURIC. Em junho de 2012, foi aprovada, pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração, a Política de Gerenciamento de Capital, que inclui o Plano de Capital.
O Plano de Capital abrange o período de três anos, sendo consistente com o planejamento estratégico da instituição e determinando medidas de contingência em caso de estresse de capital.

Diretoria

Milton Luiz de Melo Santos — ***Cláudio de Oliveira Torres***
Paulo Roberto Penachio — ***Julio Themes Neto***

Lucivaldo Pereira Lima - Contador - CRC 1SP258038/O-1

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da Nossa Caixa Desenvolvimento – Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social de 2012, findo em 31 de dezembro de 2012, e a vista do Parecer dos Auditores Independentes, apresentado sem ressalvas, opinam que os referidos documentos refletem a situação patrimonial e financeira da Sociedade e estão em condições de serem submetidos ao Conselho de Administração.
São Paulo, 26 de fevereiro de 2013.

Carlos Henrique Flory
Conselheiro
Neide Saraceni Hahn
Conselheira

Humberto Baptistella Filho
Conselheiro
Tomás Bruginski de Paula
Conselheiro

Parecer do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Nossa Caixa Desenvolvimento – Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativos ao exercício social de 2012, findo em 31 de dezembro de 2012, e a vista do Parecer dos Auditores Independentes, apresentado sem ressalvas, opinam que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à Assembleia Geral Ordinária para aprovação.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2013.

Roberto Brás Matos Macedo
Conselheiro
Milton Luiz de Melo Santos
Conselheiro
Mônika Carneiro Meira Bergamaschi
Conselheira

Francisco Vidal Luna
Conselheiro
Carlos Andreu Ortiz
Conselheiro
Lídia Goldenstein
Conselheira

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações

Aos Conselheiros e Diretores da
Nossa Caixa Desenvolvimento – Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Nossa Caixa Desenvolvimento – Agência de Fomento do Estado de São Paulo ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeira da instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da instituição em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
São Paulo, 22 de fevereiro de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Alberto Spilborghs Neto
Contador CRC 1SP167455/O-0